

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.365 - DF (2019/0332621-0)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : **GESTAO DF FOMENTO MERCANTIL LTDA**
ADVOGADOS : **RICARDO SANTORO NOGUEIRA - DF031704**
 FLAVIA PIAS DE OLIVEIRA RAMOS - DF031673
 IGOR HENRIQUE SANTOS DE SOUZA RUEDA E OUTRO(S) -
 DF046238
RECORRIDO : **PAULO SERGIO VILELA SANTOS**
RECORRIDO : **ANTONIO MARCELINO DE LIMA FILHO**
RECORRIDO : **GHPS PECAS E ACESSORIOS LTDA**
ADVOGADO : **PEDRO JULIO DE MELO COELHO - DF025119**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PENHORA SOBRE SALÁRIO. POSSIBILIDADE DE FLEXIBILIZAÇÃO DA IMPENHORABILIDADE DE VERBA REMUNERATÓRIA. EXCEPCIONALIDADE.

1. A regra geral da impenhorabilidade dos vencimentos, dos subsídios, dos soldos, dos salários, das remunerações, dos proventos de aposentadoria, das pensões, dos pecúlios e dos montepios, bem como das quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, dos ganhos de trabalhador autônomo e dos honorários de profissional liberal poderá ser excepcionada, nos termos do art. 833, IV, c/c o § 2º do CPC/2015, quando se voltar: I) para o pagamento de prestação alimentícia, de qualquer origem, independentemente do valor da verba remuneratória recebida; e II) para o pagamento de qualquer outra dívida não alimentar, quando os valores recebidos pelo executado forem superiores a 50 salários mínimos mensais, ressalvando-se eventuais particularidades do caso concreto. Em qualquer circunstância, deverá ser preservado percentual capaz de dar guarida à dignidade do devedor e de sua família.

2. Na hipótese, o valor originário da dívida objeto de cumprimento de ação de enriquecimento ilícito relativa a cheque emitido por pessoa física e endossado por pessoa jurídica, corresponde a R\$ 5.026,58 (cinco mil e vinte seis reais). Não sendo dívida de verba alimentar, ausente notícia de verba salarial mensal superior a 50 salários mínimos, bem como ausente qualquer notícia do acórdão recorrido de particularidade no caso, impõe-se o respeito a regra da impenhorabilidade.

3. Recurso especial não provido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por GESTAO DF FOMENTO MERCANTIL LTDA, com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, assim ementado:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PENHORA PERCENTUAL SALÁRIO. INADIMISSIBILIDADE. NATUREZA ALIMENTÍCIA DAS VERBAS INDICADAS. VEDAÇÃO LEGAL. ART. 833, IV, DO CPC.

1. O Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento de recursos repetitivos, afastou qualquer possibilidade de penhora sobre verbas de natureza salarial, dirimindo anterior controvérsia e sedimentando o entendimento de que as remunerações, vencimentos, subsídios, entre outros, são absolutamente impenhoráveis, a teor da regra inserta no art. 833, inc. IV, do CPC.

2. Recurso desprovido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 833, IV, 927, V, 1.022, II, do Código de Processo civil

Sustenta que deve ser observada a força vinculante do precedente da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça que reconheceu a possibilidade de relativização da regra da impenhorabilidade, ainda que no bojo de execução de título extrajudicial (de natureza não alimentar).

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 138-139).

É o relatório.

DECIDO.

2. No tocante à alegada violação ao art. 1.022 do CPC, verifica-se que não houve negativa de prestação jurisdicional, máxime porque a Corte de origem analisou a questão deduzida pelo recorrente, o sentido de que não teria observado precedente jurisprudencial desta Superior Tribunal de Justiça, como se verifica do trecho transcrito abaixo:

Acerca do argumento de inaptidão dos precedentes indicados no acórdão guerreado, ante a exteriorização de novel entendimento por aquela Corte Superior, ressalte-se que a modulação da regra da impenhorabilidade das importâncias de cunho salarial consagrada no ERESP 1.518.169/DF circunscreve-se a situação distinta do caso em análise. Constatou-se,

naqueles autos, que não só a devedora ostentava despesas relativamente módicas bem como percebia subsídio superior a 27 (vinte e sete) salários mínimos mensais, cenário distinto do ora investigado.

Em que pese a notícia de nomeação do embargado PAULO SÉRGIO VILELA SANTOS no cargo de assessor especial II, símbolo AE-2, com lotação na Secretaria Municipal de Goiânia, conforme Decreto da Prefeitura de Goiânia de n. 1.792/2017, indicada na petição de ID 5413383, não consta do acervo probatório que a situação paradigma trazida a lume pelo embargante amolde-se à espécie.

Acrescente-se, por oportuno, que o embargante não logrou êxito em demonstrar que as situações fáticas na qual se pautam o ERESP 1.518.169/DF e a presente demanda sejam congêneres, inexistindo fundamento a autorizar, na espécie, a flexibilização do preceito da impenhorabilidade das dotações voltadas à subsistência do trabalhador.

Convém assinalar, ainda, que a tese sobre a qual se apóiam os declaratórios não é apta a alterar o resultado do julgamento. Deveras, exsurge da leitura da peça processual apresentada o interesse do recorrente em rediscutir o mérito da causa, sendo certo que tal providência não se encontra albergada por este meio de impugnação.

Além disso, é oportuno gizar que a produção de efeitos modificativos não constitui desígnio dos aclaratórios. Realmente, só há de se admitir que embargos de declaração incorram em efeitos infringentes quando o esclarecimento da obscuridade, a eliminação da contradição, a supressão da omissão ou a correção do erro material, os quais respaldaram sua oposição, acabem por determinar, como consequência, a alteração do decisum. Confira-se entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça de inteligência análoga: (fl. 115 e-STJ)

Conforme se verifica, o tribunal de origem esclareceu porque o precedente deste STJ não fora aplicado no caso em análise, tendo prestado regular, clara e fundamentada jurisdição.

3. De outra parte, o entendimento desta Corte é no sentido de que a regra geral da impenhorabilidade dos vencimentos, dos subsídios, dos soldos, dos salários, das remunerações, dos proventos de aposentadoria, das pensões, dos pecúlios e dos montepios, bem como das quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, dos ganhos de trabalhador autônomo e dos honorários de profissional liberal **poderá ser excepcionada**, nos termos do art. 833, IV, c/c o § 2º do CPC/2015, quando se voltar: I) para o pagamento de prestação alimentícia, de qualquer origem, independentemente do valor da verba remuneratória recebida; e II) **para o pagamento de qualquer outra dívida não alimentar, quando os valores recebidos pelo executado forem superiores a 50 salários mínimos mensais**, ressalvando-se eventuais particularidades do caso concreto. Em qualquer circunstância, deverá ser preservado percentual capaz de dar guarida à dignidade do devedor e de sua família.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PENHORA SOBRE BENEFÍCIO

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. VERBA REMUNERATÓRIA. IMPENHORABILIDADE, REGRA. EXCEÇÕES DISPOSTAS NO ART. 833, § 2º, DO CPC/15. PAGAMENTO DE VERBA NÃO ALIMENTAR. GANHOS DO EXECUTADO SUPERIORES A 50 SALÁRIOS MÍNIMOS.

1. A regra geral da impenhorabilidade dos vencimentos, dos subsídios, dos soldos, dos salários, das remunerações, dos proventos de aposentadoria, das pensões, dos pecúlios e dos montepios, bem como das quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, dos ganhos de trabalhador autônomo e dos honorários de profissional liberal poderá ser excepcionada, nos termos do art. 833, IV, c/c o § 2º do CPC/2015, quando se voltar: I) para o pagamento de prestação alimentícia, de qualquer origem, independentemente do valor da verba remuneratória recebida; e II) para o pagamento de qualquer outra dívida não alimentar, quando os valores recebidos pelo executado forem superiores a 50 salários mínimos mensais, ressalvadas eventuais particularidades do caso concreto. Em qualquer circunstância, deverá ser preservado percentual capaz de dar guarida à dignidade do devedor e de sua família.

2. As exceções à regra da impenhorabilidade não podem ser interpretadas de forma tão ampla a ponto de afastarem qualquer diferença entre as verbas de natureza alimentar e aquelas que não possuem tal caráter.

3. As dívidas comuns não podem gozar do mesmo status diferenciado da dívida alimentar a permitir a penhora indiscriminada das verbas remuneratórias, sob pena de se afastarem os ditames e a própria ratio legis do Código de Processo Civil (art. 833, IV, c/c o § 2º), sem que tenha havido a revogação do dispositivo de lei ou a declaração de sua inconstitucionalidade.

4. Na hipótese, trata-se de execução de dívida não alimentar proposta por pessoa jurídica que almeja o recebimento de crédito referente à compra de mercadorias recebidas e não pagas pelo devedor, tendo o magistrado autorizado a penhora de 30% do benefício previdenciário (auxílio-doença) recebido pelo executado. Assim, pelas circunstâncias narradas, notadamente por se tratar de pessoa sabidamente doente, a constrição de qualquer percentual dos rendimentos do executado acabará comprometendo a sua subsistência e de sua família, violando o mínimo existencial e a dignidade humana do devedor.

5. Agravo interno provido para dar provimento ao recurso especial. (AgInt no REsp 1407062/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 08/04/2019)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE ALUGUEIS. FIADOR. PENHORA DE SALÁRIO. PREJUÍZO À MANUTENÇÃO DO DEVEDOR E DE SUA FAMÍLIA. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTO SUFICIENTE PARA MANTER O ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADO NAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA N. 283 DO STF.

Superior Tribunal de Justiça

1. Como regra, salários e vencimentos só podem sofrer penhora para pagamento de prestação alimentícia (CPC/73, art. 649, IV, § 2º) e, além dessa hipótese, em valores que excedam 50 (cinquenta) salários mínimos mensais (NCPC, art. 833, IV, § 2º).
2. É inviável o recurso especial quando o acórdão recorrido tem fundamento suficiente para mantê-lo e o recurso não contém impugnação específica. Incide a Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal (STF).
3. Agravo interno a que se nega provimento.
(AgInt no REsp 1701828/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 02/10/2018, DJe 20/11/2018)

Na hipótese, o valor originário da dívida objeto de cumprimento de ação de enriquecimento ilícito relativa a cheque emitido por pessoa física e endossado por pessoa jurídica, corresponde a R\$ 5.026,58 (cinco mil e vinte seis reais). Assim, não sendo dívida de verba alimentar, nem existindo notícia de que a verba salarial mensal que se objetiva atingir seja superior a 50 salários mínimos, bem como ausente qualquer notícia do acórdão recorrido de particularidade no caso, impõe-se o respeito a regra da impenhorabilidade.

5. Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 19 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator